

Parecer nº 121/99

Data: 1999.07.28

Processo nº 592

Reclamante: Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro, Grupo Ecológico.

Entidades reclamadas: Câmara Municipal do Porto, Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte e Comissão de Coordenação da Região Norte.

1. O Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro, Grupo Ecológico (NDMALO – GE), vem reclamar da falta de resposta da Câmara Municipal do Porto e da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte aos requerimentos apresentados nos quais pedia, respectivamente, a passagem de certidões ou cópias autenticadas de documentos constantes de processos de licenciamento de empreendimentos imobiliários bem como a consulta desses processos (à Câmara Municipal do Porto), e a resposta sobre se (a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte) tinha conhecimento das obras efectuadas em zonas sob a sua responsabilidade.

Vem ainda o NDMALO – GE reclamar da resposta dada pela Comissão de Coordenação da Região Norte à solicitação de cópia de pareceres prestados por aquela Comissão sobre os casos a que se referem as reclamações antes discriminadas. Na resposta a Comissão de Coordenação da Região Norte exigiu que os pedidos devam ser formulados individualmente, por se tratar de assuntos “diferentes e distintos”, e que em cada caso seja apresentada a respectiva fundamentação legal, “bem como o objectivo a que se destina o documento ou documentos requeridos”.

O NDMALO – GE alerta para o incumprimento por parte dos serviços reclamados do artigo 14º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA) – “Em cada departamento ministerial, secretaria regional, autarquia, instituto e associação pública existe uma entidade responsável pelo cumprimento das disposições da presente lei” - e pergunta a quem cabe a respectiva fiscalização.

Acrescenta por fim o reclamante que os documentos requeridos se destinam a fundamentar as previsíveis irregularidades e ilegalidades contidas nos processos de licenciamento para obras junto de linhas de água ou para a sua cobertura e a propor acções junto dos tribunais competentes.

2. O NDMALO – GE pretende exercer o acesso à informação de documentos detidos por serviços públicos, sendo por isso aplicável a LADA.

Os documentos cujo acesso foi requerido não contêm certamente dados qualificáveis como nominativos ou pessoais (“informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, com apreciações, juízos de valor, ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”), pelo que serão de livre acesso por qualquer pessoa, mesmo que não ligada ao processo, sem necessidade de invocar interesse directo e pessoal (artigo 7º, nº 1 e 2).

A LADA prevê algumas limitações de acesso ou de utilização de dados (artigo 10º), dispondo também que o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração (artigo 7º, nº 5).

A LADA não esgota a regulação do acesso à informação administrativa, podendo resultar “especialidades” de outros diplomas como a Lei nº 35/98, de 18 de Julho, que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente (ONGA),

cujo artigo 5º atribui a estas entidades o direito de acesso com consulta gratuita a documentos e decisões em matéria ambiental.

3. Houve indeferimento tácito por parte da Câmara Municipal do Porto e pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte porque os serviços respectivos nada comunicaram ao requerente no prazo para tanto estipulado (artigo 15º, nº 3), quando o deveriam ter feito em 10 dias (artigo 15º, nº 1).

Esta Comissão recebeu um ofício da Direcção Regional do Ambiente – Norte, com data de 9 de Junho de 1999, onde se lê que a carta do NDMALO de 12 de Fevereiro de 1999 “ainda não teve resposta pois estão a ser recolhidos elementos para o efeito”.

Há que reconhecer que o pedido efectuado não se afigura simples e conciso, exigindo, ao menos aparentemente, a procura de um extenso acervo de documentos decerto dispersos por respeitarem a situações distintas e não coincidentes no tempo. O requerimento do NDMALO só identifica os documentos pedidos de modo indirecto, por meio de diversas perguntas dirigidas ao apuramento de responsabilidades dos serviços questionados. A LADA não obriga a Administração a criar documentos não existentes mas somente a, por assim dizer, abrir as suas portas à generalidade das informações que detenha integradas em qualquer tipo de suportes: papel, fita magnética, disco... a Administração deve permitir o acesso através de consulta ou por outra forma requerida, mas não está vinculada a elaborar documentos que não possua, ou não devesse possuir.

4. O reclamante pretende ainda obter cópias dos pareceres emitidos pela Comissão de Coordenação da Região Norte em relação a cada um dos casos cujo acesso a documentos fora pedido aos dois anteriores serviços públicos. A Comissão de Coordenação considerou que os pedidos deveriam ser individuais ou por assuntos e fundamentados legalmente, devendo indicar-se o objectivo a que se destina(m) o(s) documento(s).

Quanto à exigência de fundamentação e à indicação do objectivo a que se destina(m) o(s) documento(s) não é de todo sustentável dado o que antes se referiu. O artigo 7º, nº 1 da LADA prescinde de qualquer invocação de finalidade ou destino a dar ao(s) documento(s): “Todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo”. Não se exige fundamentação explícita. Nem será defensável obrigar o requerente a invocar expressamente a LADA. Isso dificultaria o acesso quando a LADA se destinou a simplificar o acesso à informação possuída pela Administração.

Quanto à exigência de que os pedidos devam ser individuais também não parece justificar-se face ao disposto no artigo 13º da LADA: “O acesso aos documentos deve ser solicitado por escrito através de requerimento do qual constem os elementos essenciais à sua identificação, bem como o nome, morada e assinatura do interessado”.

É imprescindível que sejam indicados os elementos essenciais à identificação dos documentos, além do nome, morada e assinatura do interessado. Será necessário que o requerimento seja claro na identificação do(s) documento(s), que não seja ambíguo nessa caracterização. Mas face ao enunciado da lei, não se afigura que a Administração possa impor aos interessados que para cada documento pedido ou mesmo para cada assunto apresentem um requerimento autónomo.

5. No que toca ao incumprimento do artigo 14º da LADA, que se refere à designação de uma entidade responsável pelo acesso aos documentos administrativos em cada «departamento» da Administração, esta Comissão tem realizado diligências no sentido da solução do problema, pedindo designadamente que lhe seja indicado o nome do responsável, o que se volta a fazer, também por este meio, aos serviços ora reclamados.
6. Nos termos expostos, esta Comissão delibera pela procedência da reclamação apresentada pelo Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro – Grupo Ecológico devendo por isso as entidades ou serviços reclamados (Câmara

Municipal do Porto, Direcção Regional do Ambiente – Norte e Comissão de Coordenação da Região Norte) facultar o acesso aos documentos indicados sem exigir a invocação de qualquer interesse directo e pessoal, sem prejuízo do disposto no citado artigo 7º, nº 5 da LADA.

Notifique-se a reclamante e serviços reclamados.

Lisboa 28 de Julho de 1999.

José Renato Gonçalves (Relator) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Gameiro dos Santos* – *Castro Martins* (Presidente)